

O “ACIDENTE” ACÁDIA EM MARIAAGÉLAS

Valérie de Castro Machat
Sérgio Barbosa de Cerqueda
Universidade Federal da Bahia

Era uma vez a Acádia... a Acádia? Sim! Uma *certa* região do Canadá que fala um *certo* francês... senão vejamos, ou melhor, ouçamos...

Definindo-se como uma nação bilíngüe (francês e inglês) e multicultural, o Canadá se constitui em um Estado Federal de dez províncias e três territórios, cada um com seu Primeiro Ministro e sua Assembléia Legislativa. Até a cessão definitiva da Nova França aos britânicos, através do Tratado de Paris, o Canadá que conhecemos nos dias atuais forjou-se em um processo de dupla colonização, francesa e inglesa. A Nova França (*Nouvelle France*) designa o conjunto de territórios da América do Norte sob administração francesa antes de 1763. Ela atingiu a sua maior dimensão antes do Tratado de Utrecht (1713) quando compreendia cinco colônias, cada uma com uma administração própria: Canadá, Acádia, Baía de Hudson, Terra-Nova e Luisiana. A partir de 1763, o império britânico obtém total controle de seu território, mas ele será obrigado a negociar constantemente, e dificilmente, com a população canadense francesa estabelecida ao longo do rio São Lourenço, numérica e economicamente importante para o equilíbrio da colônia, região onde se encontra hoje em dia a província do Quebec.

A constituição da Confederação canadense, ato que instaura a nação canadense, em 01 de julho de 1867, não alterará o caráter de ‘negociação’ permanente, e nem sempre pacífica, entre canadenses franceses e canadenses de origem britânica para a construção do país, apesar da força cada vez maior dos últimos na economia e nas decisões políticas.

Assim, o Canadá contemporâneo não pôde se furtar em reconhecer o lugar da língua francesa e da cultura de base canadense francesa na construção da identidade dos canadenses em geral, e, particularmente, dos canadenses francófonos.

Em que pese tal constatação, é, sobretudo, através de uma ação militante que a língua francesa assegurou espaços sociais, notadamente na província do Quebec onde se concentrou o maior número de canadenses francófonos. Entretanto, se o destino reservado aos canadenses franceses, instalados ao longo do rio São Lourenço, foi traçado pela luta e pelo reconhecimento de seus direitos em território canadense, não foi esse o destino de muitos canadenses franceses que ocupavam outras regiões do território norte-americano.

Isto porque o processo de interação entre o Canadá inglês e o Canadá francês não resultou somente de processos de negociação. Em vários momentos a coroa britânica, por razões econômicas, impôs a sua vontade às populações que controlava. Pouco antes da perda da maior parte da Nova França para os britânicos, e durante a Guerra dos Sete Anos, ocorreria na Acádia, uma das três grandes regiões da Nova França, ao lado do Canadá e da Luisiana, uma ocupação forçada e progressiva de seu território por tropas fiéis à Coroa britânica, desencadeando um processo conhecido como a “Grande Desordem”, que se estendeu de 1749 a 1764, com a “Deportação” de milhares de acadianos canadenses franceses.

Sob o pretexto de sua recusa em se submeter a um juramento de fidelidade incondicional à coroa britânica, renegando, assim, a religião católica e a França, esses acadianos são expulsos da Acádia (rebatizada Nova Escócia), não sem antes terem suas terras, seus animais e suas casas confiscados e/ou destruídos, e serem aprisionados em igrejas antes de sua expulsão. Calcula-se que aproximadamente um terço da população acadiana canadense francesa daquela época não tenha resistido ao périplo forçado. Anos depois, já sob o total controle britânico do atual território do Canadá, foi permitido o retorno dos acadianos canadenses franceses que assim o desejassem, com a interdição de seu restabelecimento em seus antigos territórios.

Dilacerados em sua existência, vários acadianos aceitaram retornar, mas a história dessa coletividade seria definitivamente marcada pela experiência da deportação e do exílio, pela experiência de uma diáspora.

Nos dias de hoje, as regiões acadianas de língua francesa, distribuídas através das províncias canadenses do Novo Brunswick, Nova Escócia e Ilha do Príncipe Eduardo, embora agrupem o segundo maior contingente de canadenses francófonos no Canadá, ainda lutam pelo reconhecimento de sua especificidade no seio da confederação canadense. Apesar de se constituir em uma ‘nação’ sem território próprio e unificado, os acadianos afirmam-se cada vez mais como um povo com identidade própria, através da sua história e da sua cultura.

Desta forma, a literatura acadiana desempenha um papel fundamental ao procurar “contar” e “dizer” o povo acadiano, projetando-o para o mundo e perpetuando a sua memória coletiva, sobretudo, desde a “Grande Desordem”, quando sofreram a dispersão geográfica e humana. A literatura produzida pelos autores acadianos servirá, assim, como um dos espaços em que essa coletividade procurará se afirmar e discutir a sua identidade diaspórica. E dentre os escritores que surgiram no cenário literário da Acádia, num

trabalho de resgate da memória da coletividade e da afirmação de seu caráter identitário particular nas últimas décadas, destaca-se a escritora Antonine Maillet.

Figura de proa da nação 'Acádia', Maillet faz de sua literatura um veículo de discussão e reflexão sobre a memória dos fatos historicamente vividos pelos acadianos. Autora de renome internacional desde a publicação da peça *La Sagouine*, em 1970, com doutorados honoríficos e títulos distintivos, no Canadá, nos Estados Unidos e na França, ela desempenha, ainda hoje, o papel de grande embaixatriz da Acádia, ao divulgar a sociedade acadiana através de sua produção literária, com obras traduzidas em várias línguas. Dentre elas, destacam-se *La Sagouine*, *Mariaagélas*, *Evangéline Deusse* e *Pélagie-la-charrette*.

Mariaagélas, publicado em 1973, se passa num vilarejo de pescadores, entre os anos 20 e 30 do século passado, durante a proibição do comércio de bebidas alcoólicas em território norte-americano. Trata-se de um romance em que a memória coletiva acadiana encontra na personagem de Maria, pertence à linhagem dos Gélas, a sua maior representante. Gélas Caissie é o primeiro colono que, de retorno à Acádia, após sair do exílio no final do século XVIII, parte da Louisiana para Memramcook, e desta cidade até a Baie, onde se deixa ficar com a família, cansado de peregrinar. Primeiro nome deste ancestral, Gélas torna-se sobrenome após aparecer em mais três gerações, sendo a última a do pai de Maria. Assim, orgulhosa de carregar um sobrenome ostentador da antiguidade da sua linhagem, Maria à Gélas desafia a lei e perpetua a tradição familiar dos Gélas, primeiro, produtores e, depois, também contrabandistas de bebidas alcoólicas de pai para a filho, há três gerações.

O romance nos mostra a sua recusa em trabalhar nas usinas de frutos do mar - atividade a qual são compelidas as mulheres desafortunadas do vilarejo -, e a sua afeição pelas aventuras de piratas, como o Capitão Kidd, que povoam seu imaginário. Porém, ela tampouco consegue se ver como cozinheira em um navio. Mariaagélas quer levar uma vida aventureira e independente. A heroína desse romance diz "não" ao papel social afeito às mulheres, sobretudo de famílias do Sul do vilarejo. Não somente ela passeia ao largo da lei, como também transgride os costumes daquela época. E nada pode detê-la: nem as perseguições e as denúncias da viúva Calixto, beata guardadora da moral e dos bons costumes, nem as previsões da cartomante-curandeira Sarah Bidoche, nem a fiscalização do agente de alfândega Ferdinand, antigo pescador nomeado pelo governo. Por essa busca individual decorrente do sangue fervilhante nos seus genes, Mariaagélas representa toda uma coletividade cuja memória ela convoca e vivifica ao pôr em questão

seus costumes e tradições e aproveitar-se das suas crenças em benefício do seu comércio então proibido.

A memória coletiva acadiana vai se construindo, assim, diante dos olhos do leitor ao longo das peripécias de Mariaagélas ao superar obstáculos naturais e humanos, e ao nutrir o imaginário dos habitantes do vilarejo. As suas estratégias solucionadoras lançam mão “do boca a boca” cujo papel revela-se fundamental para coesão social e a perpetuação das tradições. No romance, a tradição oral é valorizada enquanto mola propulsora da cultura e da história de um povo. É preciso contar para viver e fazer viver.

Mariaagélas se impõe como obra revivificadora da memória coletiva dos Acadianos por reunir elementos da cultura, da memória e da história acadianas em uma poética da especificidade, da diversidade, portanto, de (re)construção de sua identidade. Ao prefaciá-lo romance, Yves Berger afirma, de pronto, “l’Acadie est au coeur de Mariaagélas”. A heroína pode não ser a “ramasseuse d’un peuple” como Pélagie, outra personagem da mitologia acadiana construída por A. Maillet, mas é “porteuse de parole” carregando a sua memória e unindo os habitantes do vilarejo de pescadores, inclusive ao contestar os seus costumes.

Aqui, vale ressaltar que, mais uma vez, é delegada a uma figura feminina, *in casu*, Mariaagélas, a responsabilidade de dizer o povo acadiano, de fazê-lo contar a si mesmo, na sua própria língua oral, reconhecendo-se como uma especificidade que reúne “os dois lados da ponte”. Aliás, é o feminino na literatura de Maillet o porta-voz freqüente da coletividade acadiana em sua trajetória de constrangimentos violentos e sobrevivência.

Perpassado por uma oralidade fortemente presente, o romance *Mariaagélas* se mostra, ao mesmo tempo, relevante para a literatura e para as memórias. Poder-se-ia até mesmo afirmar que se trata de uma reivindicação em nome dos povos cuja História foi construída, sobretudo, através da oralidade¹, e que perpetuam a memória das experiências vividas contando-as, assim como em nome daqueles cujos deslocamentos dispersivos espacialmente levaram a uma reconstrução da sua memória coletiva e a uma reconfiguração da sua identidade cultural, assumindo lugares outros e estabelecendo novas relações entre si e com diversas comunidades, conforme o contexto da diáspora.

Nesta narrativa, parece se delinear uma relação estreita entre o feminino e a oralidade, pois é na figura de Mariaagélas que se concentram a transmissão e a ressignificação da memória coletiva do vilarejo, através da(s) história(s) contada(s) e recontada(s), no “bouche à oreille”. Aliás, na obra mailletiana é quase sempre dado voz a uma figura feminina forte, para, assumindo um papel aglutinador, fazer viver a memória

coletiva acadiana, ao contribuir de forma determinante para uma reconstrução da identidade enquanto grupo com espaços imaginários e físicos compartilhados ao longo da história.

Desse modo, o estudo do romance permite uma reflexão sobre a identidade acadiana através da figura feminina e da oralidade em interrelação, convocando os conceitos de história, memória, memória coletiva e diáspora.

A história será tomada numa concepção não absolutista, distanciando-se de uma pretensão à universalidade e, evitando, assim, a dicotomia entre história e memória posta por Nora em “Entre memória e história – A problemática dos lugares” (1993). Dessa maneira,

A história somente é história na medida em que ela não acedeu nem ao discurso absoluto, nem à singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido permanece confuso, intrincado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que ela é virtualmente descritiva de acontecimentos e virtualmente estrutural. A história é verdadeiramente o reino do inextato. [...] A história quer ser objetiva, e ela não pode sê-lo. Ela quer fazer reviver e pode somente reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas, ao mesmo tempo, ela precisa restituir a distância e a profundidade do distanciamento histórico². (tradução nossa)

Ademais, a noção de história é abordada em correlação com a de memória, passando pela questão da oralidade e da escrita, considerando os pontos lembrados por Le Goff ao asseverar a importância da passagem do oral para o escrito tanto para a memória quanto para a história. Assim, para ele, não se deve esquecer, 1) que a oralidade e a escrita coexistem em geral nas sociedades e que esta coexistência é muito importante para a história, 2) que a história, mesmo tendo conhecido uma etapa decisiva com a escrita, não nasceu com ela, pois não há sociedade sem história³. (tradução nossa)

Ao lado da história, a memória será tratada como fenômeno social, antes reconstrução que conservação do passado, sendo considerados, por conseguinte os estudos de Halbwachs quanto à abordagem da memória coletiva. Nesta esteira, é a partir do pertencimento a um grupo com o qual se compartilham lembranças que se forjam as memórias, tanto a individual quanto a coletiva, vez que, em verdade, conforme Halbwachs (1988, p. 52), “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo quando se trata de acontecimentos nos quais somente nós fomos envolvidos, e objetos que somente nós vimos. É que, na realidade, nunca estamos sozinhos⁴.” (tradução nossa)

Outrossim, com o propósito de dar conta da especificidade do povo acadiano através da obra literária objeto da pesquisa, serão convocados Stuart Hall e François

Paré, em particular as suas noções de cultura diaspórica e de literatura da exigüidade, respectivamente.

É que, por não dispor de um espaço geográfico único, com fronteiras geopoliticamente delimitadas, o povo acadiano precisa inscrever a sua memória coletiva na diversidade espacial e no contato com outras culturas. Como nos aponta Stuart Hall, as culturas não tem “locais”:

a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma ‘arqueologia’. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu ‘trabalho produtivo’. Depende de um conhecimento da tradição enquanto ‘o mesmo em mutação’ e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse ‘desvio através de seus passados’ faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de tornar-se. (2009, p. 43)

Devido à necessidade e luta pela sua sobrevivência, a cultura acadiana justamente constitui-se como uma cultura de exigüidade, numa apropriação do conceito de François Paré presente no ensaio *Littératures de l'exigüité* (1992). No mencionado ensaio, Paré, inclusive, classifica a literatura acadiana como literatura insularizada. É que, apesar da Acádia não se conformar num espaço territorial de ilha, a literatura acadiana interiorizou a insularização, condição da exigüidade das *pequenas* literaturas insulares, um dos quatro tipos de literaturas da exigüidade ao lado das literaturas minoritárias, das literaturas coloniais e das *pequenas* literaturas nacionais.

Embora não se possa deixar de considerar as “condições exíguas” nas quais é produzida a literatura acadiana, enquanto literatura acentrada e descentrada, dispersa e, portanto, minoritária, ela não pode ser confinada ao lugar fixo de “pequena literatura”, inclusive geralmente, atribuído pela e em relação à literatura majoritária.

Em que pesem a história dolorosa da “Grande Dispersão”, a luta permanente pela sobrevivência, a identidade calcada na memória e no culto das origens (FINNEY, 2009, p. 48-49, in *Interfaces*, 10), a literatura acadiana, enquanto bem cultural, não pode ser reduzida a espaços imaginários fixos no tempo, que se fechariam a outras culturas e não permitiriam o desenvolvimento de uma consciência diaspórica e itinerante.

Entretanto, mais de uma década mais tarde, atento à possibilidade de auto-asfixia das literaturas de exigüidade, Paré, em *La distance habitée* (2003), privilegia as figuras da itinerância e da diáspora para “lire la juxtaposition et les mécanismes d'ouverture, recenser les imaginaires composites nés de la disjonction” e dar conta da “interface dynamique et multiple” das minorias culturais, fazendo ouvir as obras literárias delas

oriundas. Tal reflexão vai ao encontro da questão da cultura diaspórica posta por Hall ao asseverar que “o local é condição da existência do global” e vice-versa.

A obra *Mariaagélas* revela-se particularmente importante para o estudo da identidade acadiana enquanto identidade diaspórica uma vez que reafirma a memória coletiva das Acádias, através das relações entre os espaços físicos e imaginários presentes na narração, ao tempo em que aponta para a abertura transgressora, através da heroína Maria, num processo de influxos recíprocos em que se evidencia “essa profunda ambivalência em relação a uma origem sempre perdida que é preciso, ao mesmo tempo, salvaguardar e desertar para existir”⁵ (BERNIER, 2004, p. 33) (tradução nossa).

Em se tratando de espaços de onde se vem, Antonine Maillet, ciente do seu lugar de elocução enquanto escritora acadiana, aduz:

A Acádia não é tanto um lugar, é uma cultura, uma memória, uma história, um rosto. Posso viver em Montreal e continuar a ser acadiana. Não perdi nem meu sotaque, nem minha maneira de ser. A Acádia é isso : a cultura, a maneira de viver. De resto, sou humanista antes mesmo de ser acadiana, no sentido de que estou convencida de que foi um acidente da natureza que me fez nascer no século 20 e na Acádia. Se tivesse tido outras contingências na minha vida, outros acidentes, teria vivido de outra forma, mas teria sido essencialmente a mesma. Quero que saibam que o ‘acidente’ Acádia na minha vida, vou assumi-lo plenamente, mas como um acidente e não como uma essência⁶.

Destarte, o “acidente” Acádia no romance *Mariaagélas* “acontece” através da reconfiguração da memória coletiva acadiana, (re)produzida e consubstanciada na interrelação entre os personagens, os espaços físicos e os espaços imaginários. Tal tripé da narrativa revela-se fomentador da (re)afirmação desta memória ao convocar a história e a cultura acadianas para dar conta da sua especificidade literária.

1. Neste sentido, oportuno trazer uma das *falas* mais significativas que se encontra ao final do prólogo de *Pélagie-la-charrette*: “Après ça, venez me dire à moi [...] qu'un peuple qui ne sait pas lire ne saurait avoir d'Histoire.” (“Depois não venham me dizer, a mim, [...] que um povo que não sabe ler não poderia ter História”) (tradução nossa).

2. Texto original: “L'histoire n'est histoire que dans la mesure où elle n'a accédé, ni au discours absolu ni à la singularité absolue, dans la mesure où le sens en reste confus, mêlé... L'histoire est essentiellement équivoque, en ce sens qu'elle est virtuellement événementielle et virtuellement structurale. L'histoire est vraiment le royaume de l'inexact. [...] L'histoire veut être objective, et elle ne peut pas l'être. Elle veut faire revivre et elle ne peut que reconstruire. Elle veut rendre les choses contemporaines, mais en même temps, il lui faut restituer la distance et la profondeur de l'éloignement historique.” (RICOEUR, 1961, p. 226 *apud* LE GOFF, 1988, p. 184-185).

3. Texto original: “... il ne faut pas oublier, 1) qu'oralité et écriture coexistent en général dans les sociétés et que cette coexistence est très importante pour l'histoire, 2) que l'histoire, si elle a connu une étape décisive avec l'écriture, n'est pas née avec elle car il n'y a pas de société sans histoire.” (LE GOFF, 1988, p. 226).

4. Texto original: “nos souvenirs demeurent collectifs, et ils nous sont rappelés par les autres, alors même qu'il s'agit d'événements auxquels nous seul avons été mêlés, et d'objets que nous seul avons vus. C'est qu'en réalité nous ne sommes jamais seuls.” (HALBWACHS, 1988, p. 52).

5. Texto original: “cette profonde ambivalence à l'endroit d'une origine toujours perdue qu'il faut à la fois sauvegarder et désertar pour exister” (BERNIER, 2004, p. 33).

6. *Études en littérature canadienne*, 1988 apud *Contact – L'encyclopédie de la création*. Invitée: Antonine Maillet. Dossier de recherche. Conclusion. Disponível em : <http://www.contacttv.net/i_dossier_recherche.php?id_rubrique=696> Acesso em 11/07/2011.

Referências

BERNIER, Frédéric (Mars-Avril 2004). Ces cultures qui clignotent. In **Spirale**, 195, p. 32-33.

BOUDREAU, Annette (2009). A construção das representações linguísticas na Acádia (Trad. Ana Lúcia Silva Paranhos). **Interfaces – Especial Acádia**, 10. Rio Grande: FURG/ABECAN. p. 77-109.

CONTACT – L'ENCYCLOPEDIE DE LA CREATION (1988). **Études en littérature canadienne**. Invitée: Antonine Maillet. Dossier de recherche. Conclusion. Disponível em : <http://www.contacttv.net/i_dossier_recherche.php?id_rubrique=696> Acesso em 11/07/2011.

FINNEY, James de (2009). O peso da memória: história e literatura na Acádia (trad. Renato Venancio Henriques de Sousa). **Interfaces – Especial Acádia**, 10. Rio Grande: FURG/ABECAN. p. 47-61.

HALBWACHS, Maurice (1997). **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel.

HALL, Stuart (2009). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine L. G. Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

LE GOFF, Jacques (1996). **História e memória**. Trad. Irene Ferreira et al. Campinas: Ed. UNICAMP.

MAILLET, Antonine (1981). **Mariaagélas**. Paris : Grasset.

NORA, Pierre (dir.) (1992). **Les lieux de mémoire** – tome 1. Paris: Quarto Gallimard.

PARÉ, François (1992). **Littératures de l'exiguïté**. Québec : Le Nordir.

_____ (2003). **La distance habitée**. Québec : Le Nordir.